

# **PARECERTÉCNICO**

(art.72,III,V,VIeVII,daLeiFederaln°14.133/2021)

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2025 INEXIGIBILIDADENº012/2025

INTERESSADO: Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Iguaracy-PE

EMENTA: Contratação da atração artística JÉSSICA & DIEGO.Lei Federalnº14.133/2021.Inviabilidade de competição. Previsãolegal. Inexigibilidade da licitação.

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Iguaracy-PE, nomeada nos termos da Portaria nº 002/2025, após reunião com a totalidade dos seus membros, submete à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito deste município o seguinte posicionamento, relativa à contratação de atrações artísticas:

#### - DOOBJETO

contrataçãotemporobjeto o seguinte:

Contratação da atração artística JÉSSICA & DIEGO, para apresentação no dia 22/06/2025, na Sede do Iguaracy, por ocasião da realização da Festa de São João do Gonzagão 2025.

O Termo de Referência, especificao, modo de execução do futuro contrato, os requisitos mínimos a ser exigidos pelo contratado, as obrigações das partes, prazo e valor máximo admitido para contratação.

### 2 -DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

Inicialmente, é válido esclarecer que o presente Processo Licitatório será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a nova Lei de Licitações e Contratos.

#### 2.1 -do dever de licitar e as hipóteses de inexigibilidade

Regulamentado pelalegislação infra constitucional,o processo licitatório temprevisão na Constituição da República, que assim dispôs:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, comprase alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No entanto, a própria legislação de regência tratou de regulamentar os casos em que, excepcionalmente, não se exigiria a competição entre os licitantes:



### SeçãoII

## DalnexigibilidadedeLicitação

Art.74. Éinexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Assim, a administração deve pautar sua atuação sempre pelo contido na legislação aplicável e buscar atender o interesse público, realizando a contratação por inexigibilidade, se assim o recomendar a situação fática concreta.

#### 2.2 – da inexigibilidade para a contratação de profissional do setor artístico

Acontratação em teladeve observaror egramento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, e para fins de formalização da contratação, a Nova Lei expressamente dispôs sobre o procedimento que a administração deverá adotar para promover as dispensas e inexigibilidades:

#### Seçãol

Do Processo de Contratação Direta

- rt. 72.O processode contratação direta, que compreendeos casos de inexigibilidade e de dispensa le licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- IX documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- X estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- XI -parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, quedemonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- XII Demonstração da compatibilidade da previsão derecursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- XIII comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- XIV razão da escolha do contratado;
- XV -justificativa de preço;
- XVI -autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Dos requisitos ora expostos, verifica-se estarem sendo atendidos no presente processo, sendo completado com a presente peça, e posteriormente submetido à análise jurídica.

# 3 - DO CASO CONCRETO

### 3.1 – justificativa para a escolha do contratado

Da análise do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, verifica-se que A **BANDA/CANTOR JÉSSICA & DIEGO** é bastante prestigiado(a) em toda região, sempre figurando entre as bandas com músicas mais tocadas em rádios locais e regionais, sendo considerada uma atração de renome, de projeção nacional, como se verifica mediante acesso às mídias sociais do grupo artístico, que também possui grande público virtual.



Assim, e considerando a documentação que acompanha o presente processo, entendemos que encontra-se justificada a escolha da atração.

#### 3.2 - justificativa do valor do contrato

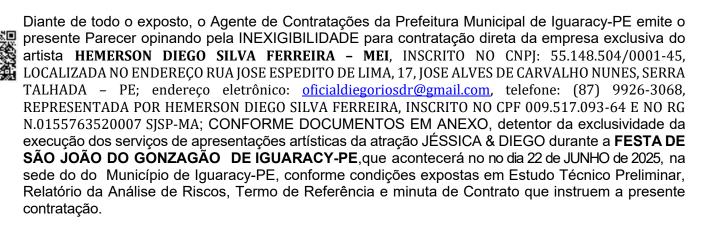
Quanto ao preco a ser pago pela prestação do serviço, verifica-se que já foi confeccionado relatório com estimativa da despesa, em obediência ao disposto no art. 72, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da análise do referido documento, mostra-se condizente o valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais, por ser o valor atualmente praticado no mercado por Jéssica e Diego.

# 4 - DOS DEMAIS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Além das normas previstas no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, é necessário, ainda, que a administração dê ampla publicidade ao presente processo licitatório de inexigibilidade.

#### 4- DA INEXIGIBILIDADE



Iguaracy-PE, 12 de JUNHO de 2025.

Gladstone Ramos da Silva Júnior Agente de Contratação

Jeanne Florentino de Albuquerque Equipede Apoio

> Elisângela Lopes da Silva Equipede Apoio

Marcelon Lino da Silva Neto Equipede Apoio

